## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## **PROJETO DE LEI Nº 1.231, DE 2025**

Dispõe sobre a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela execução e custeio do georreferenciamento dos imóveis rurais destinados à reforma agrária.

Autor: Deputado NELSON BARBUDO Relator: Deputado LUCIO MOSQUINI

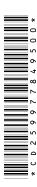
## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.231, de 2025, de autoria do nobre Deputado Nelson Barbudo, estabelece que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) será o responsável pela realização e custeio do georreferenciamento dos imóveis rurais destinados às famílias beneficiárias da reforma agrária.

Determina, ainda, que tal procedimento deve ocorrer antes da transferência da propriedade aos beneficiários, sem ônus a estes, e em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

Sem apensos, o projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD).





A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas no âmbito desta comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 1.231, de 2025, especialmente no que tange às políticas agrícolas e fundiárias que impactam diretamente o desenvolvimento rural e a segurança jurídica dos produtores.

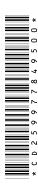
Sob essa perspectiva, o projeto de lei em análise revela-se oportuno e meritório, pois aborda um entrave recorrente enfrentado pelas famílias beneficiárias da reforma agrária: a regularização fundiária por meio do georreferenciamento dos imóveis rurais.

A efetiva regularização dessas áreas é etapa indispensável para garantir a segurança jurídica dessas famílias, condição básica para o acesso ao crédito rural, a políticas públicas de fomento produtivo, assistência técnica e demais benefícios que fomentam a inclusão produtiva e a sustentabilidade da agricultura familiar.

Cabe destacar que o georreferenciamento, conforme previsto na legislação vigente, é requisito obrigatório para o registro de imóveis rurais nos cartórios, constituindo-se em um instrumento técnico fundamental para a definição precisa dos limites das propriedades, evitando conflitos e promovendo a transparência fundiária.

Todavia, o custo financeiro e a complexidade técnica desse procedimento frequentemente impõem barreiras significativas, especialmente





para famílias assentadas em áreas remotas ou com pequenos lotes, que não dispõem de recursos suficientes para arcar com tais despesas.

O Projeto de Lei nº 1.231, de 2025, ao atribuir ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade pela execução e custeio do georreferenciamento dessas áreas, contribui decisivamente para a efetividade das políticas públicas de reforma agrária.

Tal medida reduz os entraves burocráticos e financeiros que retardam o processo de titulação definitiva, acelerando a integração dos beneficiários da reforma agrária no sistema formal de propriedade rural.

Além disso, a proposta reforça o cumprimento dos princípios constitucionais da função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana, princípios estes que fundamentam as políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável.

Importante salientar que o INCRA já desenvolve, em alguns assentamentos, atividades de georreferenciamento por meio de seus programas internos ou em cooperação técnica com universidades, prefeituras e outras entidades conveniadas.

O presente projeto, portanto, não inova a prática existente, mas formaliza e consolida essa atribuição, estabelecendo um marco legal que assegura continuidade, planejamento institucional e maior segurança jurídica para os assentados.

Diante do exposto, a proposição apresenta contribuição significativa para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo justiça social, desenvolvimento rural sustentável e a consolidação da reforma agrária como instrumento de inclusão produtiva e combate à desigualdade fundiária no Brasil.

Por essas razões, voto pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala da Comissão, em de de 2025.





Deputado LUCIO MOSQUINI Relator

2025-9166



